

Sacrifício deve chegar ao governo

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, não escondeu o entusiasmo com os resultados fiscais dos primeiros cinco meses do ano. O setor público registrou superávit de R\$ 50,3 bilhões, equivalente a 6,27% do PIB. Levy reconheceu que a sobra identificada “já está planejada para ser gasta”. Apesar de todos os elogios pela conquista fiscal do governo, no espírito desta última frase mora o perigo.

O Boletim do Banco Central mostrou o recorde de maio na economia de recursos para pagamento de juros, R\$ 6,31 bilhões. Porém, se anualizado em relação à porcentagem do PIB, o que se vê é que, pela primeira vez em cinco meses de altas seguidas, esse superávit recuou de 5,05% do PIB para 5,02%. Ou seja, o governo diminuiu a pressão para conter gastos.

Economizar mais de R\$ 6 bilhões é bom, mas é ainda insuficiente em relação à conta de juros da dívida pública, que fechou o mês em R\$ 13,71 bilhões. Portanto, em maio, no conceito nominal (receitas menos despesas, sem “esquecer” os juros), o déficit subiu, em percentual do PIB, em 12 meses, de 2,48% para 2,59%. Co-

mo o segundo semestre é sempre mais gastador que o primeiro, a perspectiva é que no final do ano o déficit nominal bata em 3,6% do PIB.

É preciso qualificar o debate para entender onde está o gargalo no perfil dos gastos públicos. Primeiro, estados e municípios pararam de gastar de-

Proposta da Fiesp pretende dar à máquina do Estado a mesma preocupação com custos que, há anos, move o setor privado

mais, e o déficit nominal dessas instâncias acumula quedas sucessivas desde 2001. Em maio, as empresas federais alcançaram superávit de R\$ 890 milhões, saldo positivo de R\$ 1,66 bilhão no ano, bem melhor, portanto, que o déficit de R\$ 1,73 bilhão, registrado em 2004. As empresas estaduais, por sua vez, já dobraram o superávit obtido no ano passado de R\$ 2,26 bilhões. Se estados, municípios e empresas estão bem comportados, o déficit se concentrou na esfera de gastos federais, em especial nos títu-

los da dívida pública atrelados à taxa Selic. Esses juros custaram R\$ 64,8 bilhões nos cinco primeiros meses do ano, 26% a mais que no mesmo período de 2004. Os juros da Selic representam 8,2% do PIB.

Esses fatos justificam a proposta da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) de que a redução de dois pontos percentuais nos gastos públicos, nos próximos seis anos, permitiria a conquista de expansão média anual de 5,7% no PIB do período. Em dez anos, as despesas do governo despencariam dos atuais 17,3% do PIB para 9%. A tributação federal acompanharia a queda, dos atuais 23,95% do PIB para 17,8%.

O diretor da Fiesp Paulo Francini lembrou o que é essencial: “Gasta-se muito para oferecer à sociedade muito pouco”. O governo, na visão da entidade paulista, precisa ser tão eficiente quanto as empresas já são no Brasil. A produtividade no setor privado, segundo Paulo Skaf, presidente da Fiesp, aumentou em 120% nos últimos dez anos. A revolução que ocorreu na gestão de todas as empresas, seja de que tamanho for, como também lembrou Skaf, não ocorreu no governo federal.

A proposta da Fiesp tem objetivo bem definido: dar à máquina do Estado a mesma lógica de eficiência e de preocupação constante com custos, que já move o setor privado.

Alcançar esse objetivo justifica aprofundar o debate sobre a ambiciosa proposta do déficit nominal zero. Substituir corte de gasto por aumento de receita para honrar o déficit do Estado é estratégia que está no limite de execução, porque esgotou-se a capacidade do setor privado transferir renda para o setor público. Nos últimos anos, o governo exigiu sacrifícios da sociedade para honrar o serviço da dívida. E foi atendido.

A proposta de cortar gastos públicos para que essa dívida caia, começa com o governo aprendendo a fazer o mesmo. O empresário e o trabalhador brasileiro já fizeram a sua parte, como prova a escalada de produtividade e o corte no número de empregos, presente em qualquer setor econômico. Está mais do que na hora de o governo fazer a dele, no sacrifício exigido para que o Brasil volte, sem medo, a crescer.